



**PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Processo nº:** \_\_\_\_\_

**Interessado:** \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO-SRP**

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	FOLHA	OBS.
1. O bem/serviço é comum (art. 1º da Lei 8666/93)?			
2. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93, art. 21, <i>caput</i> , do Decreto nº 3.555/00, art. 30, <i>caput</i> , do Decreto nº 5.450/05, art. 5º, III, do Decreto nº 7892/13?			
3. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU			
4. A definição do objeto é precisa, suficiente e clara (art. 3º, II da Lei 10520/02, art. 8º, I e III, "a" do Dec. 3555/00)?			
5. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02 e arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05, arts. 8º, III, "b", IV e 21, I, do Decreto nº 3.555/00 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?			
6. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93, arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05 e arts. 7º, I e 21, V, do Decreto 3.555/00)?			
7. Consta a justificativa do cabimento do registro de preços, dado o enquadramento em hipótese constante do art. 3º do Decreto nº 7892/13?			

8. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços-IRP, há justificativa apta a demonstrar a sua inviabilidade (art. 4º, §1º do Dec.7892/13)?			
9. No caso de existir órgãos participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização (art. 5º, II do Dec. 7892/13)?			
10. Existindo órgãos participantes, eles manifestaram interesse em participar do registro de preços e informaram ao gerenciador, nos termos do art. 6º do Dec. 7892/13:  a) especificações ou termo de referência adequado ao registro do qual pretendem fazer parte?			
b) estimativa de consumo?			
c) local de entrega ou de prestação de serviço?			
d) quando couber, cronograma de contratação?			
11. Há termo de referência motivado e aprovado pela autoridade competente (art. 9º, I e II, §§ 1º e 2º do Decreto nº 5.450/05)?			
12. Foi realizada ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05, art. 8º, II, do Decreto nº 3.555/00, art. 5º, IV do Dec. 7892/13 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?			
12.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, e art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU			
13. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é			

exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 6.204/07 e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?			
13.1 Incide uma das exceções previstas no art. 9º do Decreto nº 6.204/07, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?			
14. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 7º, parágrafo único, 8º, III, "d", e 21, VI, do Decreto nº 3.555/00, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?			
<p>15. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)?</p> <p>15.1 Constituem anexos do edital:</p> <p>(a) termo de referência;</p> <p>(b) ata de registro de preços;</p> <p>(c) minuta do termo de contrato, se for o caso; e</p> <p>(d) planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.</p>			
15.2 Em caso de inaplicabilidade da minuta do contrato, há expressa justificativa ou previsão editalícia da inaplicabilidade (art. 62 da Lei 8666/93)?			
16. Caso seja necessária a apresentação de garantias, elas estão previstas no Edital (art. 56 da Lei 8666/93)?			

Servidor: \_\_\_\_\_

(Rubrica e matrícula ou carimbo)